

cessivos contatos com crianças, na escola elementar, adolescentes, em cursos normais e em ginásios, e jovens, em nossa Faculdade, mestre Roldão foi enriquecendo e alargando a experiência humana que para o ensino e a educação trouxera de suas atividades, profissionais e políticas, nas classes operárias. Teve, de fato, começos ásperos e difíceis; e de tipógrafo que foi, no início de sua bela carreira, galgou, por sua inteligência e seu esforço, todos os postos de professor e se habilitou para a advocacia, formando-se pela Faculdade de Direito de S. Paulo.

Mestre Roldão, que era fino apreciador da boa mesa, um *gourmand* de categoria que se dava ao luxo de preparar ele mesmo pratos especiais, foi também, como diria Cicero, um *helio librorum*, um devorador de livros. A leitura constituia, para ele, um de seus melhores prazeres e, ao que nos informam, foi o livro o que, por último, lhe caiu das mãos desfalecidas. Na solidão a que o condenou a moléstia, não se entretinha de outra maneira para quebrar o tédio. O gôsto pela leitura a tal ponto o dominava que não lhe deixou tempo para escrever. Do repositório de erudição que acumulou, no convívio diurno com os livros, de seus variados conhecimentos colhidos no museu constante de obras e revistas ou respigados aqui e ali em todos os impressos que lhe caiam sob os olhos, nada se fixou em letra de fôrma que nos desse a medida da sagacidade de seu espírito crítico, de sua larga experiência e da riqueza de suas lembranças. Toda a cultura que adquiriu, ele a disseminou em palestras com amigos e discípulos e em suas aulas, espontâneas, vivas e às vezes vibrantes, a que transferia o gôsto e a arte da conversação. *Exit qui seminat, seminare semen suum...*

Mas o que caracterizava esse leitor incansável, perdulário da cultura, era, sobretudo, a témpera de lutador, revelada a cada instante na firmeza com que enfrentou as dificuldades e provações e esposou as causas nobres e belas. Onde se feria um direito, se praticava uma injustiça ou palpitava a chama de um ideal, lá estava mestre Roldão na estacada, como combatente de primeira linha. Foi um batalhador que nunca teve desfalecimentos nas lutas pela renovação educacional. Caráter firme, leal e generoso, era o dêsse admirável educador que tinha, no entanto, qualquer cousa de pântoletário, nas suas explosões de revolta e de indignação. Mas tão desabusado nas investidas como acolhedor na intimidade, desses arrebatamentos provocados pelas injustiças humanas, não lhe ficava jamais um traço de ressentimento ou de rancor. Extremamente sensível e de alma boníssima, tão facilmente se exasperava diante do êrro ou do mal, como lhe vinham lágrimas aos olhos, de complacênciâa pela ternura de um amigo ou de piedade, em face do sofrimento alheio. Não se conhece ninguém que, tendo-lhe batido à porta, não tivesse sido acolhido de coração e braços abertos.

FERNANDO DE AZEVEDO.

DEFESA DE TESE APRESENTADA AO DOUTORAMENTO NA CADEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA DAS DOUTRINAS ECONÔMICAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PELO LICENCIADO JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO.

No dia 14 de junho p.p., realizou-se a defesa de tese de Doutoramento do assistente da cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. Licenciado José Francisco de Camargo, perante banca constituída pelos Profs. Afonso de Taunay, primeiro professor da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia e antigo diretor do Museu Paulista, Teotônio Monteiro de Barros, catedrático de ciência das finanças das Fa-

culdades de Direito e Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, Roger Bastide e Eduardo Alcântara de Oliveira, professores de Sociologia e Estatística da Faculdade de Filosofia, sob a presidência do professor da Cadeira, Paul Hugon.

Iniciados os trabalhos, teve a palavra o Prof. Taunay o qual afirmou ser a tese digna de louvores, fruto que era de grande colaboração com o tempo, esforço de quatro ou cinco anos de labor, não podendo, portanto, deixar de ter méritos apreciáveis, constituindo mesmo notável esforço para elucidação de um dos problemas mais importantes da economia nacional "Aspectos Econômicos do Crescimento da População no Estado de São Paulo". Competia-lhe, pois, fazer, apenas, insignificantes reparos de caráter histórico. Assim julgava ver um erro na cifra indicativa da população de São Paulo, em 1858, e não podia ainda concordar com a afirmação da existência de uma vida econômica intensa no litoral de São Paulo. No que se referia à comparação entre a densidade demográfica do Brasil e Portugal, era de opinião que a cifra relativa a este último era muito pequena. Julgava, também, que no período anterior a 1886, deveriam ser computados dados estatísticos anteriores a Mueller; afirmara o autor que a província pioneira da libertação dos escravos fôra o Ceará; isto representava uma inverdade histórica, visto como a primazia cabia ao Amazonas. Quanto às deficiências do recenseamento dos escravos, lembrava que uma das causas importantes a considerar era a ausência de inclusão de crianças e militares. Concordava em que os resultados do recenseamento de 1950 não tinham sido utilizados por impossibilidade, devida ao atraso na sua publicação, mas achava que, ulteriormente, uma atualização do trabalho deveria ser feita. No que se refere à importância atribuída à historia do café em Campinas, julga não ter sido convenientemente salientado este fato, sendo ainda aconselhável fazer alusão às considerações feitas por Mueller sobre os óbices opostos à expansão cafeeira: a existência da serra, os altos preços de frete, impedindo que o café pudesse se extender além de Rio Claro, o temor da geada e a invasão do bicho mineiro. Deveria o autor utilizar-se também, com maior freqüência, de relatórios de viajantes pois que, são fontes portadoras de interessantes detalhes, de indiscutível valor histórico, os quais poderiam enriquecer as informações contidas na tese. Cabe, neste caso, especial menção, o trabalho "Brasil e java" realizado, a pedido do governo holandês, em 1884, sobre as condições da lavoura do Brasil. Apenas a título de curiosidade histórica, na parte referente à indústria, julgava ser de interesse apontar, num último reparo, que a mais velha indústria paulista fôra a de chapéus de feltro, fabricados pelos escravos de Amador Bueno da Ribeira.

Após agradecer à presença do examinador e salientar-lhe os méritos, o candidato respondeu que, de um modo geral, certos detalhes históricos, tais como o referente à população de São Paulo, em 1858, não interessavam às conclusões do trabalho. Certos dados históricos tinham sido colocados mais à guisa de explicação geral; o que interessava, efetivamente, era o período em que o desenvolvimento da lavoura cafeeira teria sido acompanhado de profundas transformações na demografia de São Paulo. Isto assentado, passaria a responder às críticas de detalhes.

Quanto à densidade de Portugal, a discrepância talvez se devesse ao fato de ter analisado estatísticas mais antigas, enquanto o Prof. Taunay teria tido a oportunidade de compulsar dados mais recentes. Pela mesma razão, falta de oportunidade, não lhe fôra possível consultar estatísticas anteriores a Mueller como, em geral, todos os censos do século XVIII e XIX, por abranger a tese três séculos de pesquisa. Não podia, no entanto, concordar com o prof. Taunay quanto à decadência do litoral pois que, nos fins do século XVIII e três primeiros quartéis do século XIX, apesar desta impressão de decadência havia, como pudera provar, vida econômica importante em relação à situação da província de São Paulo. Sómente depois do surto cafeeiro foi que o litoral se transformou, aos poucos, em meras cidades turistas. Quanto ao fato do

Amazonas ser o primeiro a libertar a escravatura, o prof. Camargo aceitou a crítica, dizendo que não tinha tido essa informação mas, conhecedor que era dos méritos do prof. Taunay como historiador, não tinha dúvida em agradecer a informação e utilizá-la, em futura correção. Pelo mesmo motivo aceitava as críticas referentes às deficiências dos recenseamentos dos escravos, mas lembrava que tal detalhe não era imprescindível. Prometia rever o trabalho em função do recenseamento de 1950, insistindo, todavia, em que não fôra possível utilizar estes dados, não por vontade própria, e sim, por morosidade na publicação daqueles censos. Quanto à importância do café em Campinas, afirma ter dado a devida importância ao assunto e se os esclarecimentos não estavam à pág. 80, noutra parte do trabalho encontravam-se sobejamente desenvolvidos. Quanto às dificuldades de expansão do café, considerou tôdas elas, com exceção das pragas, pois a esse respeito, não tinha tido informações suficientes. Aceitava a crítica referente à ausência de estudo de maior número de relatórios de viajantes, mas lembrava que, estes detalhes, de grande importância para um historiador, não apresentavam o mesmo vulto para um economista, principalmente em função dos propósitos do trabalho em discussão. Desconhecia, efectivamente, a obra "Brasil e Java" e admitia que sua leitura seria interessante; iria procurá-la para verificar até que ponto poderia a mesma contribuir para melhorar o seu trabalho. Quanto à fábrica de chapéus de feltro em São Paulo, agradecia a informação muito embora fôsse esta de caráter meramente histórico e sem grande importância econômica.

A seguir, foi dada a palavra ao prof. Teotônio Monteiro de Barros que começou por afirmar os aspectos positivos do trabalho, reservando as críticas para a parte final. O tema abordado era, a seu ver, um dos mais interessantes, embora tivesse sido tratado em outros lugares e por outros autores há mais de século. O fato de se limitar o trabalho ao Estado de São Paulo apresentava a grande vantagem de permitir maior profundidade e precisão de análise, visto a heterogeneidade das condições demográfico-económicas do Brasil dificultar sobremodo um trabalho pioneiro, que abrangesse tôda a Nação. Outras pesquisas sobre o mesmo tema, referentes a outros Estados da Federação, outras ainda mais profundas e limitadas, tendo por objeto os municípios brasileiros deveriam realizar-se nos moldes da atual, antes que se pudesse fazer a síntese das relações entre a economia e demografia brasileira. Outro aspecto digno de nota era o referente à documentação. Os dados de que o autor se serviu foram cuidadosamente compilados e criticados, sujeitos posteriormente a um trabalho de elaboração, transformados em gráficos capazes de permitir a síntese dos fenômenos. Apresentando este material, mostrou o autor desprendimento, uma vez que permitiu a outros estudiosos o aproveitamento dos dados para futuros estudos. Na introdução o sr. José Francisco de Camargo desenvolveu o importante problema do zoneamento de São Paulo com base econômica. Com muita honestidade insistiu na sua arbitrariedade, embora julgasse ser um critério melhor que outros, predominantemente geográficos. Esta arbitrariedade era a seu ver, antes um mérito que um defeito visto indicar o que a vida econômica tem de móvel. Embora o zoneamento geográfico seja mais duradouro, pela própria natureza dos fenômenos estudados por aquela ciência, a precariedade dos zoneamentos econômicos permite um estudo comparativo, no qual se podem perceber as alterações de fronteiras e, com elas, as transformações econômicas sofridas por São Paulo. A bibliografia apresentava-se como um terceiro e último aspecto positivo, digno de nota. Numerosa e completa está a indicar o paciente labor do candidato e, ao mesmo tempo, servirá de roteiro aos que retomarém o assunto.

Isto feito, o Dr. Teotônio Monteiro de Barros passou às críticas dividindo-as em dois grandes grupos: umas de ordem geral e, outras, particulares. A primeira, de ordem geral, crítica menor, referia-se à ausência de bibliografia nos rodapés, dificultando o confronto entre as obras consultadas, impedindo a rápida verificação das citações bem como a freqüência com que determinados

autores foram escolhidos, elemento imprescindível para a importantíssima verificação das preferências culturais do candidato. As duas outras críticas gerais eram mais graves: havia um desequilíbrio entre o título e o conteúdo da tese. Se o trabalho visava estudar os aspectos econômicos do crescimento da população era de se esperar que este assunto ocupasse a maior parte do trabalho. No entanto, numa tese de 320 páginas, fora o índice e bibliografia, 177 diziam respeito à introdução e à análise demográfica preparatória da tese. Esta, porém, incluindo-se a síntese e conclusões finais, ocupava apenas 143 páginas. Reconhecia que a crítica não seria grave se a parte final fosse sólidamente construída, fato que não se verificava continuando o autor a repetir as análises, já sobejamente realizadas na primeira parte. A terceira e ultima crítica, mais importante, era de que, por um defeito de método de trabalho, o sr. José Francisco de Camargo tomou como hipótese única a de que o café condicionaria o desenvolvimento demográfico do Estado. Julgava ver nisto demasiada influência dos trabalhos, aliás magníficos do Dr. Sérgio Milliet o "Roteiro do Café" e do Dr. Taunay "Pequena História do Café". Neste caso, a tese anunciada deveria ser "A influência da cultura cafeeira sobre a demografia paulista". De acordo com o plano da tese, parecia que a mesma iria mostrar a população condicionando as possibilidades econômicas do Estado e as repercuções destas sobre aquela. No entanto, o que se verificava era uma atividade econômica predominante — a cafeicultura — determinando o desenvolvimento demográfico do Estado.

Esta hipótese de trabalho unilateral gerava críticas particulares que se grupavam em três ordens: falsa interpretação do fenômeno descrito no trabalho, conclusões que o texto não autorizava e ausência de análise e de interpretação de fatos importantes. Como exemplo do primeiro grupo, citou a falsidade da afirmação de que a economia e a demografia paulistas, na primeira metade do século XIX, teriam desempenhado um papel apagado no conjunto nacional, ou ainda outro exemplo de que havia paralelismo entre a intensificação do movimento imigratório e a marcha do movimento abolicionista antes de 1888 ou então que os italianos radicados em São Paulo constituiram um imã para os novos italianos, sendo de se indagar onde estaria o imã capaz de atrair imigração de novas nacionalidades. Parcialmente falsa era ainda a afirmação de que a queda da indústria, durante o Império, seria devida ao trabalho do escravo, com o esquecimento completo do papel da importação, sufocando a indústria nascente. Tanto assim que a fabricação de tecidos naqueles tempos atendia quase tão somente à necessidade de vestir o escravo. Falsa também era a afirmação de que a volta à grande agricultura, com base na grande propriedade agrícola, na nona região, poderia evitar o declínio da lavoura e da população rural, quando o próprio doutorando indicara que a população ainda estava crescendo.

Exemplos de conclusões não autorizadas pelo texto seriam, primeiro, a afirmação de que a agricultura paulista, entre 1836 e 1886, teria evoluído da policultura de subsistência para a monocultura cafeeira. O autor não justificou esta conclusão e a policultura de subsistência continuou funcionando ao lado do café. O problema seria não de substituição e, sim, de adição. Um segundo exemplo seria a afirmação de que a causa do desenvolvimento das estradas de ferro em São Paulo foi a cultura cafeeira. É preciso lembrar que São Paulo ilustra o exemplo da estrada de ferro como propulsora do progresso. A própria tese indica, através de seus dados, embora não interpretados, que a cafeicultura na zona de Ribeirão Preto resultou do traçado da Mogiana. Quanto à ausência de análise e de interpretação de fatos importantes, devemos chamar a atenção para as relações entre a mão de obra e a população no Império: o braço escravo, fornecendo trabalho não qualificado e o estrangeiro, trabalho qualificado. Não foram aproveitados dados da própria tese que permitiriam explicar a diversificação da mão de obra e o desenvolvimento de empreendimentos industriais na zona urbana. Os problemas da indústria, em

geral, foram descurados e mal explicados como por exemplo, o retardamento no desenvolvimento da siderurgia e da tecelagem. Não se fez referência ao alargamento da base da agricultura paulista após 1930, principalmente o extraordinário milagre do "ouro branco".

O candidato, após agradecer as elogiosas referências feitas ao trabalho e congratular-se com a presença de um examinador de tanta cultura, declarou que procuraria responder às críticas. Aceitava as referências à falta de notas de rodapé afirmando que só não o fizera por uma concessão ao trabalho de datilografia. Quanto ao desequilíbrio das partes da tese, não podendo negá-lo, tinha de atribuí-lo a uma imposição do material colhido; fôra a preocupação de apresentar material e observações suas a outros autores, que retomassem trabalhos idênticos, a responsável por haver 177 pgs. preparatórias contra 143 de desenvolvimento da tese. Esta imposição de ordem metodológica levou a uma inevitável impressão de desequilíbrio. Quanto à inadequação do título da tese, lembrava que o café apareceu como hipótese de trabalho, um esquema de referência. Achava lícito colocá-lo com condutor da economia brasileira e como um imã da mão de obra imigrante, em São Paulo.

Passando a responder às críticas particulares, o candidato começou por discutir o aspecto da má interpretação dos fenômenos. Disse ele que não podia ignorar o papel dos bandeirantes no desbravamento da terra, mas que o fenômeno fôra antes de despovoamento e não de aumento da densidade demográfica. Há, no entanto, muito acerto na observação, o que o levaria a abrandar a frase, numa revisão. Quanto à afirmação de que seriam os italianos aqui residentes fatos de atração dos novos, insiste em que isto é verdadeiro, constituindo mesmo uma das leis de demografia, tanto assim que a maior dificuldade, no inicio do estabelecimento de uma corrente imigratória, consiste em formar o núcleo inicial, capaz de atrair os demais. Quanto à crítica de que não seria únicamente o trabalho escravo o fator explicativo do retardamento da indústria, aceita-a em parte, afirmando, porém, que não desconhecia o complexo de causas capazes de influir no fenômeno, embora não o tivesse apresentado explicitamente. Quanto à afirmação de que, na nona zona, havia um declínio da lavoura e da população rural o que contradiz, em parte, afirmações anteriores, admite que esta contradição aparece inclusive nas próprias conclusões, porque houve dificuldade em conciliar determinados fenômenos observados; se o defeito existe, é inerente à tese, quer pelo material colhido, quer devido ao plano estabelecido.

Passando a discutir o problema da existência de conclusões sem base, concorda que sempre tivemos uma economia mista, mesmo durante o século XIX. Com efeito, o único fenômeno importante foi a substituição da economia açucareira pela cafeeira. Daí a grande importância que na tese foi dada ao café. Não seria, porém, este o único capaz de atrair o imigrante; agiu como motivo dominante na sua radicação a possibilidade da policultura, um verdadeiro abôno ao colono que representava, até certo ponto, a possibilidade de independência econômica. De fato, em certo momento, houve o fenômeno da adição e não da substituição de uma cultura por outra; mas a policultura, ao lado da predominância do café, é característica apenas de cafezais novos; em certas épocas da evolução da economia cafeeira, portanto, não é possível falar-se em cultura complementar de cereais. Quanto às estradas de ferro como fator de progresso econômico em São Paulo, aceita a crítica, mas afirma que era pelo menos seu objetivo no trabalho defender a existência de uma estreita correlação entre o fenômeno da expansão ferroviária e do café, muito embora não se possa afirmar até que ponto um foi causa ou efeito do outro.

Dada a palavra ao Prof. Roger Bastide, afirmou ele, de início, estar apenas substituindo o colega e professor de Antropologia, Egon Schaden, o qual justificou sua ausência afirmando estar a tese muito afastada de sua especialidade. O prof. Bastide salientava também, que como sociólogo, mais que economista, iria desenvolver suas críticas, sob o ângulo de sua especialização: o sociológico. Antes, porém, desejava afirmar o grande valor do trabalho, tese

rica e com abundância de material colhido e criticado. Parecia-lhe que, em geral, as estatísticas apresentadas tinham sido bem criticadas e controladas; não poderia no entanto, dizer até que ponto eram exatas porque lhe havia faltado tempo para estabelecer comparações com outras fontes. Preferia começar apresentando algumas críticas de detalhe para, sómente depois, fazer outras, de caráter geral.

Estas sugestões de detalhe eram as seguintes: em primeiro lugar, o censo de 1920, utilizado pelo Sr. Camargo, não trazia a indicação de que os dados haviam sido corrigidos. Ora, os que estudaram este recenseamento, afirmaram que os dados brutos eram muito mais próximos da realidade do que as correções posteriormente feitas. Seria talvez mais interessante a utilização dos primeiros resultados do recenseamento de 1920 e não as publicações mais elaboradas, surgidas posteriormente. A tese faz referência a uma oposição clássica entre o conservantismo dos campos e o progresso das cidades. Embora isto seja verdadeiro para países europeus, em São Paulo nem sempre tal fato tem ocorrido. Há cidades muito mais conservadoras e rotineiras do que certas zonas rurais, principalmente as pioneiras. A tese ao apresentar os dados demográficos aponta, ainda, a existência de uma discrepância entre o número de japoneses recenseados e o de imigrantes amarelos entrados no país. A razão talvez esteja em uma falha do recenseamento, pois mesmo no de 1940, no Amazonas, por exemplo, cita-se o caso de japoneses arrulados como caboclos, o que explicaria a falha. O doutorando em seu trabalho, ao cuidar da ação do escravo, deixou uma lacuna a preencher pois não falou no papel do negro livre como artezão. A rigor, poderíamos dizer que estes constituíram os primeiros industriários do Brasil. Entre as sugestões de detalhe cumpre ainda notar certos reparos à bibliografia. O autor cita alguns artigos da *Revista do Arquivo* referentes ao assunto da tese e, no entanto, deixa vários deles, alguns muito importantes, sem citar. Deveria, então, apontar apenas a *Revista*, sem enumerar os artigos ou, em caso contrário, citá-los todos. Não foi lembrado o livro do Dr. Alfredo Ellis Jr. "Populações Paulistas", nem o importante trabalho de Couty "Os Escravos no Brasil" e, entre as obras gerais, o importante trabalho de Pierre Fromont "Demografia Econômica".

Feitas estas sugestões de detalhe, passou o prof. Bastide a considerações gerais sobre a tese, dizendo que, ao lado de todos os professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, era responsável por um movimento contra estudos literários, afirmando a necessidade de se realizarem pesquisas sérias, de caráter científico. Era necessário, antes de tudo, comprovar as afirmações e não fazê-las gratuitamente. Tinha, porém, nos últimos tempos, notado a necessidade de se reagir contra a tendência oposta, não realizando trabalhos que faziam as idéias gerais desaparecerem, debaixo de um excesso de documentação. A atual tese exemplificava bem este tipo de pesquisa; dela poder-se-ia afirmar que as folhas ocultavam a floresta... Exemplos disto podemos encontrar no seguinte fato: estudando a propriedade apelou o doutorando para um critério puramente material de área das propriedades dividindo-as em grandes e pequenas. Esqueceu, todavia, de torná-lo relativo, mediante uma análise qualitativa. A pequena propriedade do caboclo, por exemplo, é muito diferente da do japonês. Na primeira, a cultura continua extensiva e o resultado econômico é fraco. Na segunda, a cultura é intensiva e o rendimento elevado; não obstante isto, as duas áreas podem ser rigorosamente iguais. Ainda outro exemplo: estudando o crescimento da população e da produção cafeeira o autor, mercê da multiplicação das observações, até certo ponto se desorientou, não salientando a falta de correlação entre os dois fatos. Em lugar de multiplicar as observações como o fez, deveria antes, estabelecer idéias gerais. Por isso é que a tese em discussão poderia ser considerada a primeira redação de um trabalho, ainda por escrever. Parecia-lhe que, do mesmo modo que a obra de Gilberto Freyre, fôra denominada "Casa Grande e Senzala", a que agora se lhe apresentava podia intitular-se "Casa

Grande e Casa do Colono". Esquecera, porém, que o imigrante não tem apenas pés e mãos e sim, também, uma boca, quer dizer, não é apenas um fator de produção mas, também, um consumidor. Ora, esse aspecto foi esquecido no trabalho. Embora com menor amplitude e cobrindo um espaço de tempo mais curto, o Dr. Roberto Simonsen havia realizado um estudo a respeito das influências da imigração sobre o salário, sobre o comércio e sobre a alteração da própria dieta alimentar da população. A tese apresentava ainda o defeito de haver rejeitado a psicologia coletiva; não houve o cuidado de estabelecer, sob este aspecto, um paralelo entre o natural e o recém-vindo. O imigrante não trouxe consigo apenas a capacidade de trabalhar; trouxe, também, uma mentalidade de poupança e outros hábitos de alimentação, provocando a diversificação das necessidades, tanto assim que o tomate teria sido trazido pelo italiano e a melancia pelo norte-americano. Esta ampliação das necessidades provocava, por sua vez, maior diversificação da própria produção. Estes exemplos mostravam a necessidade de controlar os dados econômicos pelos sociológicos. Enquanto no sítio do caboclo predomina a mentalidade do mutirão, no do japonês ressalta a cooperativa. As estatísticas quando muito trazem problemas, mas não os resolvem. Sugerem, apenas, possibilidades de correlação. Cumpre notar, por exemplo, uma grande dificuldade existente no Brasil: os filhos de imigrantes já na primeira geração são considerados brasileiros. No entanto, qualitativamente diferem dos filhos de pais brasileiros da mesma geração; para que se pudesse realmente afirmar que os filhos de imigrantes não diferiam dos brasileiros natos de muitas gerações, seria preciso considerar a assimilação do imigrante, fator indiscutivelmente não estatístico. Seria necessário considerar, então, sob este aspecto a transmissão da propriedade; a tese aponta a tendência para redução quantitativa na propriedade em mãos de estrangeiros nos últimos anos. Não explica, porém, que o fenômeno seria devido à transmissão para filhos brasileiros. Quanto à parte industrial da tese, concordando aliás com as observações anteriormente feitas pelo Dr. Teotônio Monteiro de Barros, apresenta-se esta muito deficiente. Não há, por exemplo, uma distinção importantíssima entre o imigrante pobre, não qualificado, destinando-se às lides do campo e o imigrante entrado com capital técnico, máquinas, utensílios e mesmo uma profissão, estabelecendo-se nas cidades paulistas e constituindo o núcleo de algumas indústrias novas. Este importantíssimo fator não foi sequer apontado. De um modo geral, podemos afirmar que faltou ao trabalho o elemento qualitativo e não se diga que este estudo seria impossível. Existe uma tese de Louis Chevalier sobre "As Relações entre a População Parisiense e a Atividade Econômica de Paris". Na França, como aqui, a busca de material representa trabalho penoso e as lacunas a suprir são tão numerosas quanto as que o candidato encontrou. Apesar de fantástico, este trabalho foi realizado satisfatoriamente; ao lado do aspecto quantitativo, nunca descurado, surgiu o qualitativo a enriquecê-lo com idéias gerais. Daí o prof. Bastide concluir pela necessidade de se lutar contra a miopia que leva a ver os detalhes, perder-se nas partes, não enxergar à distância. Daí, também, afirmar a necessidade de se refundir o trabalho, agora apresentado.

Com a palavra o doutorando, começou por elogiar as qualidades do prof. Roger Bastide. Além de sua proficiência no ensino era, notoriamente um dos mestres que mais insistia no problema do método. Isto porque reconhecia a enorme importância da metodologia para o bom êxito de qualquer trabalho de pesquisa. De um modo geral, as críticas dirigidas à sua tese eram pertinentes ao enquadramento do fenômeno no âmbito sociológico, e nem se poderia afirmar que o candidato desconhecia ser a Economia Política uma das ciências sociais. Fazendo uma crítica de conteúdo sociológico, o prof. Bastide não deixava de cobrir o econômico, daí o cuidado nas respostas que deviam ser dadas às críticas particulares.

O prof. Bastide afirmara ser o recenseamento de 1920 falho. Não obstante suas falhas, quem estuda os recenseamentos anteriores é forçado a chegar

à conclusão de que este foi o mais sério dos até então realizados. No tocante ao conservantismo da zona rural e ao espírito de progresso da zona urbana, afirma ter o prof. Bastide certa dose de razão ao falar nas zonas pioneiros mas, mesmo ali, após algum tempo de desenvolvimento das atividades econômicas, o espírito de iniciativa se atrofia e o conservantismo lhe vai tomando o lugar. Em todos os casos, de um modo geral, e em longa duração, não se pode traçar outro paralelo entre as cidades e os campos. O progresso das primeiras contra a inércia e a tradição dos segundos. Agradeceu ao prof. Bastide a informação de que alguns japoneses haviam sido arrolados como caboclos, pois desconhecia o fato. Quanto ao papel do negro livre, não encontrou dados estatísticos que lhe permitissem tratar do fenômeno. Se dados existem a esse respeito, não lhe chegaram às mãos. No tocante à crítica bibliográfica, reconhece certa dose de razão na observação referente aos artigos da Revista do Arquivo; não os citou todos porque só arrolou os diretamente utilizados. Muitas vezes, embora tivesse conhecido artigos referentes ao seu tema colocou-os de lado por se referirem sómente a um município ou região. Os trabalhos do prof. Alfredo Ellis foram utilizados na segunda parte do trabalho. Na primeira, seria impossível fazê-lo por se tratar de uma fonte secundária. Quanto ao livro de Couty, não foi mencionado por não encontrá-lo. E o livro de Fromont foi lido depois da tese pronta, pois chegou ao Brasil com grande atraso.

Quanto às críticas gerais sobre a tese, diz o candidato que deveria gru-
pá-las, primeiro, em críticas referentes ao excesso de documentação; segundo, críticas referentes a idéias gerais não abordadas e terceiro, falta de controle qualitativo e sociológico dos dados estatísticos. Reconhece a existência de um excesso de documentação; poderia ter apenas mencionado alguns dados, aligeirando a primeira parte do trabalho; não o fez, porém, por julgar que uma tese pioneira deve conter dados para ulteriores estudos. Concorda que certas idéias gerais desapareceram diante da documentação, mas isto foi defeito do método seguido, do plano de trabalho e, uma vez que o iniciara, era impossível voltar atrás. Reconhece a existência de análises exaustivas, mas, por isso mesmo, realizou sínteses parciais, a fim de que o leitor não se perdesse. Se algumas idéias gerais foram esquecidas, a isto foi levado pelo método. Concordava que um segundo trabalho deveria ser feito mas, neste primeiro, foi seu propósito não ultrapassar o plano, nem abandonar o método de estudo que se propôs seguir. É verdade que o seu estudo, até certo ponto, representa uma oposição entre a "Casa Grande e a Casa de Colono", mas se assim o fez foi porque os elementos de que dispôs o convenceram de que o colono deu a São Paulo sua posição econômica especial, dentro do Brasil. Era, portanto, um elemento importantíssimo a considerar no desenvolvimento econômico paulista. Não se limitou, no entanto, ao imigrante, pois que afirmara também a existência de um fenômeno de deslocamento dos nacionais, tendo mesmo apontado fatos de que estes últimos prepararam os cafezais, embora neles não se fixassem. A fixação foi a do colono e a estes se deveram as transformações ocorridas. Aceita, porém, a crítica do prof. Bastide de que talvez tenha observado apenas o aspecto da produção, enquanto deveria considerar também o problema do consumo. Mas, não tinha dados suficientes para desenvolver este último. Concordava com a afirmação de que as idéias gerais da sociologia e da economia deveriam controlar a estatística; não poderia realizar, porém, determinados estudos por falta de elementos. Outros trabalhos de menor extensão deveriam ser empreendidos, como, por exemplo, o da comparação entre a mentalidade do imigrante e a do nacional, mas não seria tarefa para si. Seu trabalho era um ponto de partida e, por isso, deveria restringir-se à apresentação de problemas gerais. Utilizou-se da estatística como instrumento de trabalho e não tentou realizar mais que isto: propositadamente a tese tem um aspecto predominante quantitativo porque esta foi a feição que lhe interessou apresentar.

Com a palavra o prof. Eduardo Alcântara de Oliveira afirmou que seria desnecessário juntar maiores elogios aos que já tinham sido feitos à tese. Dai

ser-lhe possível passar imediatamente ao aspecto crítico. Preferia começar pelos reparos de detalhes, observações particulares, para, sómente após, abordar as críticas gerais. Começava pela bibliografia, a qual julgava incompleta; pelo menos, a obra de Fromont "Demografia Econômica", a de Perroux "Cours d'Economie Politique", os "Annales du Congrès International de La Population" realizado em 1937 e um estudo do prof. Giorgio Mortara sobre a imigração italiana no Brasil, pela sua importância, deveriam ser citados. Isto posto, passava a criticar alguns senões de ordem técnica, começando pelos gráficos adotados. A representação fora feita em setores, técnica muito mais trabalhosa e menos elucidativa do que se fossem realizados diagramas em colunas, os quais permitiriam comparações mais imediata. Era de se notar, também, a existência de falhas de linguagem matemática, pois o doutorando, ao tratar da teoria do ótimo da população, afirmou que este obedecia a uma função contínua, expressão que lhe parecia vasia de sentido. Afirmara, ainda, que ao calcular a curva logística, tomara como parâmetros os recenseamentos de 1900, 1920 e 1940. Ora, os parâmetros são constantes e não elementos variáveis. Além do mais, notara a existência de algumas informações não comprovadas como, por exemplo, a ausência de preconceitos raciais no Brasil, o que não lhe parecia certo, e a existência de fatores de ordem psicológica, capazes de influir nas relações entre população e desenvolvimento econômico, os quais, também, não ficaram suficientemente esclarecidos. Por fim, concorda em que algumas das explicações dadas se revestem de extraordinário simplismo; por exemplo, o doutorando afirmara que a população escrava, ao ser libertada, teria contribuído para a queda da produção cafeeira, mas esquecera que, no próprio trabalho, se encontra a afirmação da existência de uma geadá, que, naquele período, não só tinha atingido cafezais velhos como também impedido o desenvolvimento dos cafezais novos.

Passando às críticas gerais, disse o prof. Alcântara que o candidato se havia defendido, várias vezes, afirmando que o plano por ele seguido determinara o conteúdo do trabalho. Esqueceu, porém, ser este um instrumento maleável, que deveria evoluir quando não se ajustasse ao propósito da pesquisa. O candidato desenvolveu a tese do ótimo de população, mas não pode aplicá-lo ao caso brasileiro, porque estamos muito aquém desse ótimo e uma prova disto encontra-se na existência do fenômeno do desemprego. Além disso, certas questões importantíssimas não foram abordadas. Hoje em dia a noção de ótimo de população está ligada à idéia de estratificação das camadas de população, por classes de rendimento, havendo um ótimo para cada camada. Este aspecto não foi considerado, não havendo mesmo, na tese estudo algum sobre a distribuição dos rendimentos. Não foi estudada, também, a estrutura da população, principalmente por idades, tanto geral quanto por grupos; este problema, todavia, é importantíssimo, pois não são todas as idades as fornecedoras de braços. Há limites para a fixação da população produtiva, aspecto este não considerado. Ligado ao mesmo coloca-se o problema da natureza da procura. Não só o imigrante é uma boca como também, na realidade, é representado por muitas bocas que sempre se alimentam, embora nem sempre trabalhem. Não houve nem sequer alusão às relações entre a demografia e fenômenos econômicos, tais como o custo de vida e a distribuição da renda e das riquezas nacionais. O êxodo rural não foi considerado. E, por fim, pode-se dizer, à guisa de conclusão, que o trabalho parou na primeira etapa, a de análises, nem sempre suficientes, não chegando, porém, a uma síntese final indispensável.

Respondendo a estas críticas, o licenciado José Francisco Camargo reconheceu que a sua bibliografia era incompleta, mas afirmou que ninguém poderia pretender esgotar a bibliografia de uma pesquisa qualquer. Quanto ao trabalho de Mortara, não o conhecia, mas lembrava que pela data de sua publicação esse trabalho mesmo que chegasse às suas mãos viria tarde. Além disso, queria lembrar que Mortara, na qualidade de Chefe do Serviço de Recenseamento, possuía material de primeira mão, que, por motivos desconhecidos,

muitas vezes não era divulgado. Quanto ao problema dos gráficos, aceitava a crítica, muito embora se devesse reconhecer que os que apresentava eram tão válidos, quanto os em colunas, e se eram mais trabalhosos o prejuízo só teria sido seu. Concordava com as críticas sobre falhas de linguagem matemática; apenas se admirava de, não ter percebido na primeira revisão as imprecisões apontadas. Os preconceitos raciais no Brasil, de um modo relativo, se pode afirmar que não existem, cu pelo menos, não existirão com a gravidade de que o fenômeno se reveste em outras regiões da terra. Quanto aos fatores de ordem psicológica, julga difícil prová-los; apesar disso, não tem dúvida em afirmar sua importância. Não esquecera a influência de uma legislação proibitiva à entrada de imigrantes, ou à saída dos mesmos de seus países de origem. Reconhecia ser fundamental o aspecto jurídico, mas não seria o único, visto ter sido preparado por uma corrente de idéias, avessa à saída dos nacionais e ao recebimento de alienígenas. Aceitava que, em certos pontos do trabalho, teria havido simplismo na explicação de fatos, mas este poderia ser eliminado graças a uma cuidadosa revisão da redação. As críticas de ordem geral poderiam, a rigor, sintetizar-se na afirmação de que a análise impediu a existência de uma síntese perfeita. Não podia negar o fato, mas lembrava ter gasto muito tempo na coleta e elaboração dos dados, na análise dos resultados obtidos, não sobrando por isso, tempo para realizar uma síntese perfeita. Apenas em parte era certa a observação de que não utilizou devidamente a noção de ótimo de população; lembrava, porém, que não tomou com rigor esta idéia. Quanto a não ter considerado certos problemas econômicos ligados à tese, já afirmara que não o fez, seja porque, em certos casos, outras pesquisas particulares precisavam preparar caminho para um estudo mais geral, como também, em muitos casos, não havia dados que permitissem tirar conclusões válidas. O prof. Alcântara deveria saber, mais que ninguém, como professor de estatística, que muitos dados não existem e, outros são deficientes principalmente os que se referem a custo de vida, renda nacional e distribuição da riqueza. Quanto ao estudo do êxodo rural, parecia-lhe que a crítica não era pertinente. Podia-se, quando muito, afirmar que o problema não tinha sido tratado em sua plenitude; mas a deficiência resultaria da ausência de dados.

Tomou a palavra, por fim, o Prof. Paul Hugon, orientador da tese e Presidente da Banca. Começou por aludir à orientação da cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, afirmando que, mais de uma vez, ensinara que o ponto de partida dos estudos da Cadeira deveria sempre ser o da aplicação do método positivo. Quando se quer fazer estudos de qualquer problema econômico do Brasil, surge o trabalho de levantar estatísticas próprias e de traçar o quadro econômico necessário à explicação do fenômeno. Nada existe a esse respeito; tudo está por fazer. Daí a necessidade de se perder tempo imenso em determinadas análises exaustivas, que seriam desnecessárias noutros países onde a pesquisa econômica é mais desenvolvida. O fim dos estudos realizados sob sua orientação era poder isolar os caracteres permanentes da economia brasileira. Do ponto de vista geral, pretendia-se o melhor conhecimento do país, o qual, do ponto de vista prático, a seu turno, facultaria evitar experiências de imitação ou ajustá-las à realidade brasileira. Com os trabalhos de doutoramento, tentava-se elaborar uma história econômica rigorosa do Brasil. Este o espírito que nortecu a orientação dos trabalhos.

Isto posto, passou às críticas propriamente ditas para, no fim, cuidar do elogio da obra e da pessoa do candidato. Algumas críticas secundárias deveriam ser feitas. A primeira referia-se ao completamento da bibliografia. Há uma série de trabalhos que não foram citados, embora o doutorando conhecesse vários deles e que mereceriam constar da relação de livros referentes ao assunto. O prof. Hugon enumerou nada menos de nove trabalhos que, a seu ver, permitiriam refundir algumas afirmações e reforçar outras. A segunda crítica particular referia-se ao abuso da noção de densidade da população, difícil de manejar e de valor apenas indicativo. Mesmo em países de população densa, como a Suíça, a idéia de densidade por quilômetro quadrado era

muito relativa, visto ser necessário distinguir entre terras cultiváveis e regiões não cultiváveis, entre zonas habitáveis e zonas inhóspitas. No Brasil, principalmente, estas distinções teriam excepcional valor, não tendo sido, no entanto, consideradas pelo candidato. Noutro ponto do trabalho, fala-se com insistência em zonas velhas e zonas novas. Esta classificação é falsa no Brasil e, particularmente, em São Paulo. Não se poderia falar, por exemplo, da zona do Vale do Paraíba, ou da região de Campinas como zonas velhas, uma vez que a própria tese indica um fenômeno de ressurgimento em ambos os lugares. É impossível falar-se em zonas velhas no sentido da Europa, por exemplo; as zonas são todas jovens, sujeitas apenas a naturais oscilações de desenvolvimento econômico. Feitas estas críticas de detalhe o prof. Hugon passou às fundamentais.

A primeira delas referia-se ao plano de trabalho. Reconhecia ser este o melhor possível, em função dos elementos disponíveis; mas estava longe de ser um plano de trabalho terminado. Tal como a tese se apresentava, estava a mostrar que a parte principal era o crescimento da população, enquanto a segunda parte, que deveria ser mais importante, surgia apenas, como um complemento, uma decorrência da primeira. Haveria um plano superior a este, que consistiria em começar, numa introdução, por indagar do crescimento da população paulista, à qual se seguiriam duas partes, a primeira, do estudo da influência da população sobre a economia e, a segunda, do estudo da influência da vida econômica sobre o desenvolvimento da população. Este plano teria a vantagem de permitir mostrar, por exemplo, na primeira parte, que a repartição por idades traz profundas repercussões no desenvolvimento econômico: permitiria, por outro lado, mostrar que a tributação, fator econômico, age, a seu turno, sobre a concentração demográfica. Ambos os fenômenos não foram estudados em virtude do plano utilizado pelo candidato. Outros aspectos foram também postos de lado como, por exemplo, não se cuidou do fato de que São Paulo constitui exceção no mundo, pois que, na latitude em que se encontra, é a única parte do globo que apresenta um desenvolvimento econômico apreciável. Não foi estudada, ainda, a distribuição da população por profissões, fator importantíssimo. Já se verificou que, nos Estados Unidos, por exemplo, tem havido um fenômeno de passagem das profissões industriais, de execução, para as liberais, para o funcionalismo público e para as atividades comerciais, em razão da influência do maquinismo sobre o aumento de rendimento da produção. No Brasil, o mesmo fenômeno está ocorrendo, particularmente em São Paulo, mas, não seria o caso de se indagar se este fenômeno aqui não é prematuro? Para todas estas perguntas posso, disse o examinador, de antemão, adiantar qual será a resposta. Alegar-se-á que existe falta de material e que, nestas condições, o plano elaborado não permitia outra realização. Reconhecemos ser difícil a elaboração de outro plano; todavia não é possível negar-se a existência de uma hipertrofia do demográfico sobre o econômico, nem desconhecer que a tese insistiu demais no problema cafeeiro; enquanto isto ocorria, foi esquecido um aspecto importante: o de se traçar uma política de população. As leis que regem a imigração podem e devem submeter-se a um estudo científico; este estudo, para o Brasil, indicaria forçosamente a necessidade de se estabelecer uma política populacionista. O doutorando seria, assim, conduzido à noção de coeficiente de reprodução que, hoje em dia, é muito mais importante que a teoria do ótimo de população.

Feitos estes reparos, passou o prof. Hugon ao elogio da tese. Os vários membros da banca já externaram, disse ele, sua opinião favorável ao trabalho. Nada teríamos a acrescentar. É um trabalho pioneiro, onde o material colhido e a bibliografia cuidadosa permitirão outros estudos. É o primeiro trabalho no gênero que se realiza no Brasil. Trata exaustivamente do desenvolvimento da população de São Paulo e chega a interessantíssimas conclusões sobre as relações entre a demografia e a cultura cafeeira. Como análise, não seria de se desejar melhor, mas resta fazer a síntese dos aspectos econômicos.

Com a palavra o candidato começou por agradecer a cooperação e orientação prestada pela cadeira ao seu trabalho e, particularmente ao prof. Hugon a quem muito deve. Era, por isso, sua obrigação dividir com o ilustre mestre a parte positiva do trabalho, assumindo inteira responsabilidade pela parte negativa.

Passando a responder às críticas, afirmou que não teve a pretensão de esgotar a bibliografia e, por isso mesmo aceitava as informações do Prof. Hugon para completá-la. Concordava que talvez houvesse abusado da noção de densidade da população mas, se a abandonasse, precisaria substituí-la por outra hipótese, qual seja de coeficiente de prolificidade. Isso, no entanto, exigiria outras pesquisas complementares que não poderiam ser realizadas, no momento, dada a exiguidade de tempo. Concordava que, talvez, não fosse muito adequado o uso da expressão zonas velhas e zonas novas, mas empregou-as entre as aspas, indicando a relatividade de seu sentido, mais didático que demográfico e econômico; referia-se às zonas velhas apenas no sentido de um povoamento e de um despovoamento iniciais. No que se referia à crítica geral do plano de trabalho, não tinha dúvidas em afirmar que o plano apresentado pelo prof. Hugon, do ponto de vista ideal, era perfeito, mas que o próprio orientador da tese conhecia a existência dos primeiros planos elaborados pelo autor, ideais também, muito mais perfeitos, mas irrealizáveis. Por isso, embora concordando que seu plano não seria o de um trabalho completo e acabado, não lhe seria possível realizar coisa melhor diante da deficiência de dados. Os planos ideais trazem dificuldades de aplicação, por serem artificiais, ainda que didáticos. Quanto à separação entre a ação do demográfica sobre o econômico e do econômico sobre o demográfico achava que o seu artificialismo se evidenciaria pela interdependência entre os dois fenômenos. Do mesmo modo que se afirmava agir a tributação sobre a concentração demográfica, seria dito também, que esta era responsável pelo volume daquela. Quanto ao fato de não haver realizado determinados estudos, concordava que não o fizera quer por falta de continuidade dos dados, como no caso da repartição por idades, quer pela inexistência de monografias especializadas, impedindo, por exemplo, o estudo da situação geo-econômica de São Paulo no mundo, ou o referente à distribuição da população por profissões; esta última apresentava muito vaga nos recenseamentos até agora realizados. Da política não tratou, para não eivar o seu trabalho de um conteúdo opinativo, de uma série de juízos de valor, contrários ao próprio conteúdo da ciência. Por fim, tinha a dizer, à guisa de conclusão, que jamais havia pretendido esgotar o assunto com a presente pesquisa e, sim, tão somente realizar o melhor possível, dentro dos elementos que lhe foram dados pela coleta. Não quis, deliberadamente, fugir ao seu plano de trabalho e nem ultrapassar o conteúdo ditado pelo material de estudo. E isto, em síntese, era tudo quanto queria dizer.

DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA.

PRÊMIO PROF. ALUÍZIO DE FARIA COIMBRA

Num gesto merecedor de todos os elogios, a auxiliar de ensino da cadeira de Língua e Literatura Grega, senhorita Hilda Penteado de Barros, entregou à direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, a importância de três mil cruzeiros, destinada ao aluno do primeiro ano do Curso de Letras Clássicas que, no decorrer no ano letivo de 1951, mais se distinguir na cadeira de Língua e Literatura Grega.

Este prêmio constitui justa homenagem à memória do nosso antigo col-